



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 181 • Quarta-feira, 8 de Março de 2017 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



TORNAR SONHO DA MULHER EM REALIDADE

● Defende PR nas celebrações dos 50 anos de Destacamento Feminino

Pág. 2



Economia moçambicana tende a estabilizar-se mesmo com desafios

Pág. 4



Lei do Trabalho vai à revisão

Pág. 10



Governo defende produção local para alimentação escolar

Pág. 6

MOÇAMBICANOS DEVEM TORNAR SONHOS DAS MULHERES REAIS

– defende o PR, Filipe Nyusi, no jubileu do Destacamento Feminino

A criação do Destacamento Feminino (DF), simbolizada pela entrada para o campo de batalha militar de 25 meninas, em 1967, completou 50 anos no último sábado, embora grande parte dos membros tenha perdido a vida, a exemplo de Josina Machel.

Sob o lema "Celebrando a participação activa da mulher moçambicana na libertação e no desenvolvimento do país", a efeméride foi dirigida pelo Chefe de Estado, Filipe Nyusi, com inúmeras actividades, desde a deposição de flores na Praça do Destacamento Feminino, comício popular e uma gala comemorativa.



Logo pelas 9.00 horas do dia 4 de Março, iniciava a cerimónia solene de deposição de coroa de flores na Praça do Destacamento Feminino, um acto dirigido pelo Chefe de Estado moçambicano, Filipe Jacinto Nyusi, com a presença de figuras políticas ligadas ao Estado e ao movimento da luta de libertação nacional.

Enquanto isso, mulheres de diferentes estratos, nomeadamente da Polícia da República de Moçambique, Forças Armadas de Defesa de Moçambique, Serviço Nacional de Salvação Pública, Migração, entre outras áreas, desfilavam em parada militar perante milhares de assistentes que se concentravam no Centro de Manutenção Física António Repinga, onde ouviam igualmente a história das 25 mulheres que integraram o Destacamento Feminino em 1967.

A Organização da Mulher Moçambicana fez-se presente com uma exposição artística que se vai prolongar até dia 7 de Abril, Dia da Mulher Moçambicana.

Para o Chefe de Estado, Filipe Jacinto Nyusi, 50 anos depois, deve-se dar vénia a todas as mulheres do Destacamento Feminino, que suportaram e venceram privações.

Intervindo no comício no "Repinga", Nyusi enalteceu as qualidades das 25 mulheres que se destacaram na luta de libertação de Moçambique do jugo colonial português,

anotando que elas foram bravas, determinantes e corajosas, ao enfrentar e vencer as vozes que se opunham à inclusão das mulheres na luta de libertação nacional.

"Por isso, a melhor forma de o povo honrar o sacrifício das mulheres, algumas vivas, como Marina Pachinuapa, e outras falecidas, como Josina Machel, é continuar a trabalhar para a materialização, cada vez mais, de uma sociedade livre de discriminação baseada no género", observou o Chefe de Estado, considerando o DF como a expressão sólida de todas as manifestações emancipatórias da mulher moçambicana sobre a história da luta anticolonial, que exprime a inequívoca determinação da mulher na construção do país.

O DF é visto como o caminho para a afirmação de uma sociedade livre de discriminação baseada no género, com oportunidades iguais para todos, perante a lei.

"As 25 mulheres dedicaram as suas vidas para assegurar que Moçambique estivesse livre do jugo colonial. É por isso que, 50 anos depois, curvamo-nos perante as mulheres do Destacamento Feminino, por terem suportado e vencido as privações durante a luta armada", disse o PR, apelando a todos os moçambicanos para transformarem os sonhos das mulheres em seus próprios sonhos.

Marina Pachinuapa é uma das poucas so-

breviventes deste grupo e defende que, mais do que revisitar a história, é fundamental continuar a trabalhar para a materialização de uma sociedade livre de discriminação baseada no género.

Combatente de primeira linha, conhecida na guerra como Mário, Pachinuapa destacou o papel de Samora Machel e de Eduardo Mondlane na formação, união pela causa nacional, espírito de equipa, solidariedade, harmonia, que devia caracterizar o grupo. De forma franca, Pachinuapa disse que na época apenas duas meninas, uma das quais Josina Machel, sabiam ler e escrever. "Todas nós não sabíamos ler nem escrever. Nunca tínhamos ido a uma cidade. E coube a Samora Machel ensinar-nos com a apreço, amizade, afinal ele era enfermeiro e tratava as coisas com o seu respectivo nome", conta Marina Pachinuapa, para quem as actuais jovens devem continuar a trabalhar para a materialização, cada vez mais, de uma sociedade igualitária.

Francelina Valoi, membro da OMM, confessa ter ficado a lição das primeiras 25 meninas do DF. "Hoje há muitas meninas que se filiam a diferentes movimentos de luta pela emancipação da mulher, e essa é uma grande evolução para a mulher", manifestou, salientando que hoje as mulheres desenvolvem e demonstram capacidades intelectuais, técnico-profissionais, liderança



50 ANOS CELEBRANDO A EMANCIPAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO ACTIVA DA MULHER MOÇAMBICANA NA LIBERTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

MAPUTO, 04 DE MARÇO DE 2017



Marina Pachinuapa



Madalena André Kundema

e outras, devido a esta abertura iniciada há 50 anos.

Todavia, as mais velhas devem continuar a transmitir a experiência às mais novas. "Ontem libertámos o país com recurso a armas de fogo, mas hoje temos diferentes armas para combater a pobreza, que devem ser potenciadas", disse a entrevistada, cujo sonho é ver uma mulher no comando dos destinos do país.

Para isso, a OMM está a trabalhar afinadamente na educação, formação, organização e mobilização para a conquista desse espaço.

Por seu turno, Madalena André Kundema, superintendente principal da PRM, diz ser uma honra celebrar a coragem, visão futurista e determinação das 25 raparigas que criaram o DF.

"Foi difícil juntar-se aos homens para libertar o país do jugo colonial. É uma honra

eu seguir esse trilha e inspiro-me nelas. A lição é que mulheres e homens estão em pé de igualdade quando o assunto é libertar a pátria, garantir a segunça, e quando o assunto é desenvolver Moçambique", disse. Para Beatriz Macário, professora de carreira, as 25 meninas multiplicaram-se em milhares de mulheres moçambicanas espalhadas do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico, fazendo um pouco de tudo e com sabedoria para desenvolver Moçambique.

Segundo Beatriz, neste momento o desafio das mulheres é a manutenção da paz, harmonia e coesão social, "porque sem paz não há diálogo, não há ensino efectivo, não se atingem as metas; enfim, não há desenvolvimento".

A educação para a paz é a meta a ser atingida. A paz baseia-se no diálogo que estabelece relações, compartilha ideias, ques-

tiona e aprende, compreende, faz emergir ideias, busca a pluralidade de conceitos, e essas ferramentas são transmitidas pela escola, família e pela comunidade.

"Hoje, o desafio é mantermos a paz, sem o uso das armas; investir no diálogo; incentivar as jovens ao diálogo construtivo", defende a profesora.

Refira-se que, ainda no contexto das celebrações do quinquagésimo aniversário do DF, Filipe Nyusi homenageou Eduardo Chivambo Mondlane e Samora Machel, representados, respectivamente, por Chude Mondlane, a filha mais velha do arquitecto da Unidade Nacional, e Malengane Machel, o mais novo de Samora Machel.

Foram também homenageados Joaquim Alberto Chissano e Armando Emilio Guebuza, antigos Chefes de Estado, e ainda o comandante do Destacamento Feminino.

Mesmo com muitos desafios

ECONOMIA MOÇAMBICANA TENDE A ESTABILIZAR-SE

- observa o PM, Carlos Agostinho do Rosário



Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Carlos Bonete

Naquilo que se considera uma demonstração do Governo em abrir-se cada vez mais ao público, o Primeiro-Ministro (PM), Carlos Agostinho do Rosário, reuniu, semana passada, a Imprensa nacional e estrangeira para dar a conhecer os esforços do Governo moçambicano para estabilizar economia, a contínua negociação com os credores para recuperar a confiança junto dos investidores e a redução do custo de vida, bem como sobre o compromisso para que a paz seja efectiva.

Numa cerimónia muito concorrida, Carlos Agostinho do Rosário deu a conhecer que o ano de 2017 arrancou com tendências macroeconómicas muito animadoras, incluindo no campo político. No económico, o governante diz haver sinais de recuperação da economia, tendo em conta a tendência de estabilidade do metical no mercado cambial. Só para ilustrar, o dólar norte-americano, que em Outubro passado estava nos 80 meticais, cinco meses depois desceu para 70 meticais. "Estamos a trabalhar para que o nosso poder de compra melhore cada vez mais, e queremos que a economia atinja os 5,5 por cento de crescimento previstos no Plano Económico e Social de 2017", observou o PM.

Em relação às tendências das Reservas Internacionais, o PM assegurou que estão a conhecer um incremento assinalável, sendo suficientes para cobrir, neste momento, cinco meses de importações. Todavia, o Governo continua a prestar maior atenção à agricultura, energia, turismo, infra-estruturas e indústria extractiva, definidos como sectores dinamizadores da economia nacional. No que tange à dívida pública, o PM ressaltou estar-se a negociar com os credores para se honrarem os compromissos e se recuperar a confiança junto dos investidores. "Continuaremos a negociar e a recuperar a confiança dos credores. Queremos honrar os compromissos assumidos junto dos investidores; recuperar a confiança, e estamos a caminhar bem", assegurou



Carlos Agostinho do Rosário, para quem estão em curso negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) reformas que vão nortear a recuperação da economia.

Não obstante, o chefe do Executivo moçambicano reconheceu haver muitos desafios pela frente para que, efectivamente, Moçambique continue na rota do crescimento socioeconómico. A estes, liga-se a estabilidade política, factor determinante para o ambiente de negócios e mormente a estabilidade social e crescimento económico.

Por isso, todas as acções em curso são para tornar a trégua numa paz efectiva, e os passos estão bem avançados, com a constituição, há dias, pelo Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, do grupo de contacto que vai liderar o diálogo entre o Governo e a Renamo.

Recorde-se que o grupo é composto por várias personalidades nacionais e parceiros de cooperação, nomea-

damente os embaixadores da Federação Suíça (presidente do grupo), dos Estados Unidos da América (co-presidente), da República Popular da China, Reino da Noruega. Estão também os altos-comissários da República do Botswana, Reino Unido, Irlanda do Norte e o chefe da missão da União Europeia em Moçambique.

Ainda no decurso do "briefing" com jornalistas, Carlos Agostinho do Rosário falou da necessidade de os moçambicanos continuarem a poupar água para aumentar a sua quantidade no reservatório daquele líquido indispensável à vida. É por isso que, no contexto da poupança, as autoridades moçambicanas fecharam, há dias, as comportas da barragem dos Pequenos Libombos, no rio Umbelúzi, medida que visa economizar a água e aumentar as quantidades naquele reservatório.

Numa explicação técnica dada pelo ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Carlos Bonete, a

estação de bombagem e tratamento de água do Umbelúzi é a principal fonte do precioso líquido para a área de Maputo, Matola e Boane. Para cumprir as suas funções normais, a barragem dos Pequenos Libombos precisa de 760 milhões de metros cúbicos de água, a serem parcialmente utilizados para o consumo humano, rega de machambas e na produção de 15 megawatts de energia eléctrica para o reforço da rede energética nacional.

Bonete referiu que os níveis de água na barragem dos Pequenos Libombos estavam em 13 por cento no início do ano, todavia a recente queda de chuva vem permitindo a recuperação até mais de 20 por cento, e o Governo acredita que se atinjam 50 por cento caso a queda pluviométrica continue satisfatória.

O ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos aventou a possibilidade de se explorarem as águas subterâneas dos distritos de Mar-

racuene e Manhiça, a norte da província de Maputo, porém seria necessário construir novas redes para levar esta água para a cidade de Maputo.

A barragem de Corumana, no rio Sábie, no distrito da Moamba, é outra possibilidade apontada por Bonete, mas o exercício exigiria a construção de uma conduta de 100 quilómetros de comprimento para transportar a água para o centro de distribuição da Machava, no município da Matola, e seria necessário um valor entre 1,4 milhões e 1 bilhão de dólares, para medidas de curto e longo prazo, que incluiriam a construção de novas barragens em Moamba-Major, no rio Incomáti.

Recorde-se que os 12 países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) partilham 15 rios internacionais, sendo os mais importantes o Zambeze, Limpopo, Incomáti, Maputo e Orange, todos passando pelo território nacional, excepto o Orange.

Defende o Governo

COMUNIDADES DEVEM PRODUZIR ALIMENTOS PARA CONSUMO ESCOLAR



Armindo Ngunga recebendo explicações sobre papas de banana

O Governo considera que a alimentação escolar deve basear-se nos produtos que as comunidades produzem localmente, como forma não só de reter o aluno na escola mas também de estimular o desenvolvimento e melhorar a renda familiar. Segundo defendeu há dias o vice-ministro da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Armindo Ngunga, falando por ocasião do Dia Africano da Alimentação Escolar, que se assinala a 1 de Março, a alimentação escolar tem um impacto significativo na redução do abandono escolar, redução do trabalho infantil, casamentos e gravidezes precoces, e ajuda a

quebrar o ciclo inter-regional da pobreza. Igualmente, contribui para melhorar a renda familiar através da aquisição de produtos locais.

Para além disso, segundo o governante, os investimentos em alimentação escolar geram essencialmente a melhoria da educação, saúde e nutrição das crianças.

O Dia da Alimentação Escolar foi criado em Janeiro de 2016, na 26.ª Cimeira dos Chefes de Estado da União Africana, em que foi adoptada a estratégia continental para melhorar a frequência e o desempenho dos estudantes nas escolas. Ela prevê a promoção da geração da renda e empreendedorismo nas comunidades através das compras que possibilitam que as escolas

sejam uma plataforma de promoção da diversidade alimentar e hábitos saudáveis, nutrição e higiene.

Em Moçambique, a alimentação escolar vem sendo implementada desde 1947, com o apoio do Programa Mundial da Alimentação (PMA), sobretudo nos centros internatos e lares. Em 2002 foi implementado o programa lanche escolar com apoio da Save The Children, ADPP, Visão Mundial, entre outros parceiros da educação, tendo contribuído para a permanência e aumento do efectivo escolar no ensino primário.

Segundo Karin Manente, do PMA, com a alimentação escolar o desempenho das crianças na aprendizagem melhorou bastante.

Até ao momento, 260 mil alunos beneficiam de alimentação escolar, enquanto ao nível mundial são mais de 360 milhões de crianças. Esta iniciativa contribui para o alcance de Objectivos de Desenvolvimento do Milénio como a erradicação da pobreza, educação inclusiva de qualidade, empoderamento das raparigas, crescimento económico induzido e sustentável, redução de desigualdades, entre outros.

O MINEDH lidera o programa e monitora o número de crianças inscritas e desistentes das escolas. Por sua vez, o PMA entra com o financiamento, estando a desembolsar cerca de 445 milhões de dólares por ano no país. Em 2013, o Conselho de Ministros aprovou o Programa



Nacional da Alimentação Escolar (PRONAE), implementado, na sua fase piloto, nas províncias de Tete, Manica e Gaza, sendo três distritos por província. O objectivo é expandir a iniciativa para Zambézia e Nampula nos próximos anos, tendo o PMA já disponibilizado cerca de 2 mil milhões de meticais para tal. A empresa Finana dedica-se ao processamento da bana-

na verde para a produção da farinha que é usada para alimentação escolar. Segundo explicou Mateus Mondlane, representante da companhia, a papinha de banana ajuda bastante no desempenho do aluno e uma das vantagens deste alimento é não possuir glúten, corrigindo malnutrição. Também regula o peso, controla e previne diabetes e osteoporose, garantindo bom

desenvolvimento da criança. Neste momento, o país possui uma taxa de desnutrição crónica de 47 por cento, estando a ser combatida com o consumo da farinha da banana. "Nosso foco são as escolas e as comunidades. Fazemos o plantio da banana em Xinavane num espaço de 5 hectares, com cerca de 3500 plantas. A fábrica opera há dois anos no mercado nacional e

a sua sede está na cidade de Maputo e uma sucursal em Nampula.

As cerimónias do Dia da Alimentação Escolar deste ano tiveram lugar na Escola Primária e Completa do Bagamoyo, sob o lema "Alimentação escolar baseada em compras locais, investimentos em jovens e crianças para o aproveitamento dos dividendos demográficos".

Recenseamento militar

MAPUTO SUPERA META EM 65 POR CENTO

A cidade de Maputo superou a meta de recenseamento militar do presente ano em 65 por cento, ao inscrever 21.799 jovens contra 13 mil previstos pelas autoridades. Do total dos recenseados, 12.865 são do sexo masculino e os restantes do feminino.

Segundo explicou a delegada do Centro de Recrutamento e Mobilização da Cidade de Maputo, Lola Paulino, o resultado alcançado este ano é igualmente superior ao do ano passado, que ficou nos 19 mil recenseados nos sete distritos que com-

põem a urbe, nomeadamente KaMpfumu, Hlamankulu, KaMaxaqueni, KaMavota, KaMubukwana, KaTembe e KaNyaka.

Uma das razões para o alcance deste resultado, segundo a fonte, é que após o arranque do ano lectivo escolar, em coordenação com a Direcção de Educação e Desenvolvimento Humano da Cidade, foram criadas brigadas móveis de recenseamento que se fixaram nas principais escolas secundárias, nomeadamente Josina Machel, Estrela Vermelha e Industrial, Lhanguene, KaTembe, KaNyaka e Armando Emílio Guebuza, como forma

de aproximar cada vez mais o serviço ao cidadão.

A fonte referiu, ainda, que o sucesso desta campanha foi resultado de trabalho coordenado com os órgãos de comunicação social, instituições públicas e privadas e estabelecimentos de ensino superior, baseado na elaboração de cartas informativas sobre o recenseamento militar e apelo para que os órgãos difundam este processo nos seus sectores, que agregam muitos jovens em idade para o cumprimento de obrigações militares.

No âmbito do cumprimento da Lei 32/2009, de 25 de Novembro (Lei do Serviço Mili-

tar), o recenseamento militar decorre de 2 de Janeiro até 28 de Fevereiro de cada ano em todo o território nacional. Para o caso deste ano, abrangeu todos os cidadãos nascidos em 1999, bem como aqueles que não puderam fazê-lo em anos anteriores, desde que não tenham ultrapassado 35 anos de idade.

O censo militar deste ano foi dirigido por 140 agentes recenseadores distribuídos em 69 postos, estando em funcionamento, neste momento, apenas um posto, na delegação do Centro de Recrutamento da Cidade de Maputo.

ALARGADO ACESSO DAS PME À BVM



O Governo está a implementar reformas e mecanismos com vista a facilitar o acesso das Pequenas e Médias Empresas (PME) aos serviços da Bolsa de Valores de Moçambique, uma medida que vai possibilitar a ampliação das linhas de financiamento a este grupo.

Para o efeito, a Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) e o Instituto para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME) assinaram há dias um memorando de entendimento que visa à colaboração das duas instituições em pro-

jectos de promoção e financiamento às PME.

Esta parceria vai identificar, assistir e capacitar empresas com perfil para adesão ao segundo mercado e disponibilizar os serviços de apoio às empresas, garantindo o acesso à informação e integração deste segmento empresarial na BVM.

Na ocasião, o presidente da BVM, Salim Valá, explicou que o acordo permite que a parceria entre a BVM e o IPEME seja aprofundada e alargada, num esforço visando ao fortalecimento das PME através da disponibilidade de financiamento.

"Com este nosso esforço conjunto, queremos alargar as possibilidades que as PME têm em aceder ao financiamento da Bolsa em condições apropriadas à sua situação, com vista a assegurar a dinamização do segundo segmento de mercado de capitais", afirmou Valá.

O responsável lembrou que "o papel de uma bolsa é assegurar um ponto de encontro entre aqueles que têm poupanças para investir e os que precisam de dinheiro para aplicar na economia, para que o possam fazer a custos competitivos".

Por seu turno, o director-

geral do IPEME, Claire Zimba, referiu que esta parceria vai privilegiar a capacitação interna e disseminar de forma clara informações sobre o segundo mercado de capitais aberto para as PME.

"Naturalmente que a contabilidade nas PME continua um desafio, mas entendemos que, mais do que capacitar as empresas para que se estruturam, temos de ligar a formação à necessidade de se poder ver a questão da contabilidade organizada", afirmou Zimba.



PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
N.º 780, 1.º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Lúria Mucare, Leonildo Balango e Pires Pilatos

Revisão: Mário Bento Vasco

Maquetização: Januário Magaia

Salário mínimo para 2017

SINDICATO DEFENDE REAJUSTE DE ACORDO COM O ACTUAL CUSTO DE VIDA

O país vive desde finais de 2015 uma recessão económica sem precedentes, com os preços dos produtos básicos a registarem um agravamento significativo e uma taxa de inflação que atingiu o nível de dois dígitos. É um cenário que afecta sobremaneira a vida dos moçambicanos, visto que os salários básicos definidos no primeiro trimestre do ano passado se encontram superdesactualizados.

Para reverter a situação, a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM) defende que o reajuste do salário mínimo, já em debate na Comissão Consultiva do Trabalho (CCT), um grupo de diálogo tripartido que congrega o Governo, empregadores e sector privado, tem de ser de acordo com o actual custo de vida, de modo a devolver o poder de compra ao consumidor.

O secretário-geral da OTM, Alexandre Munguambe, defende igualmente a necessidade de o reajuste salarial passar a ser duas vezes por ano, caso prevaleça o actual cenário económico-financeiro.

Para ele, não podem ser somente os trabalhadores a pagar a actual factura da crise financeira que o país atravessa, havendo necessidade de reajustar o salário tendo em conta o custo de vida e, se possível, duas vezes por ano, considerando as oscilações que se verificam no mercado e que, em 2016, deixaram a massa laboral



mergulhada na pobreza extrema.

“As equipas envolvidas no processo de negociação para o reajustamento do salário mínimo devem ter em conta que o empregador e o trabalhador precisam um do outro. Deste modo, não deve haver ganhadores nem perdedores neste processo, devendo as partes chegar a um meio-termo”, disse Vitória Diogo, ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social. Para tal, segundo explicou, os intervenientes do processo negocial devem ter como base para a tomada de decisão princípios de boa-fé e respeito ao direito sagrado e constitucional do Homem, que é o salário justo pelo trabalho que faz.

Entretanto, o sector privado defende que o aumento salarial deve ter em conta

o momento crítico que a economia moçambicana está a passar, de modo a que a subida do ordenado não prejudique as empresas.

Lembre-se que a discussão para o reajuste do salário surge depois de no ano transacto Moçambique ter tido uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3.3 por cento, contra os 7 por cento previstos, estando na sua origem factores como tensão político-militar, que condicionou a livre circulação de pessoas e bens; a dívida pública; a suspensão do apoio ao Orçamento do Estado por parte dos doadores; redução do investimento directo estrangeiro, entre outros.

Para contornar a situação do ano passado, o Governo tem vindo a implementar políticas de promoção da produção nacional, e estima-se que

este ano o PIB poderá atingir um incremento na ordem de 5.5 por cento. Entretanto, os efeitos da conjuntura, como as restrições nas finanças públicas, ainda se farão sentir, representando um grande desafio ao tecido económico e social, o que poderá levar a uma inflação de 15.5 por cento. De referir que a CCT tem estado a assumir um papel preponderante neste debate, bem como em diversas matérias ligadas ao sector do trabalho. A título de exemplo, só no ano passado a CCT contribuiu para a regulamentação do trabalho portuário, do trabalho em regime de empreitada, revisão do regime de contratação de mão-de-obra, entre outras acções.

LEI DO TRABALHO VAI À REVISÃO



O Governo acaba de anunciar o início, ainda este ano, do processo de revisão da actual Lei do Trabalho (Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto), dez anos após a sua aprovação pela Assembleia da República.

Segundo anunciou a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Dias Diogo, no passado dia 3 de Março, durante uma sessão plenária da Comissão Consultiva do Trabalho (CCT), na cidade de Maputo, a revisão deste instrumento legal vem responder às exigências do mercado de trabalho no país, tendo em conta a própria dinâmica sócio-laboral e económica em todos os sectores de actividade.

Não se trata, segundo a governante, de uma substitui-

ção da actual Lei do Trabalho, mas sim de uma revisão pontual de algumas matérias dela constantes, passíveis de adaptação ao actual cenário do mercado de trabalho, visto que o país, nestes últimos dez anos que dura o instrumento, registou avanços significativos que deixaram algumas das matérias desajustadas, não apenas no campo social, económico e laboral, como também legal.

Sem avançar especificamente os aspectos a serem mexidos, por razões éticas e estratégicas, no âmbito do tripartidismo em que o documento se contextualiza, com a participação activa do Governo, empregadores e trabalhadores, Vitória Diogo sublinhou a importância da referida revisão por considerar que tal pode significar a criação de condições para mais investi-

mentos e, com isso, a criação de mais empregos no país, porque toda a reforma, tanto legal como de outra natureza, deve apontar como meta a criação de um bom ambiente de negócios e a flexibilidade do mercado, que são apostas do Governo.

Daí que a governante, que é igualmente presidente da CCT, apelou aos parceiros sociais e as outras forças vivas da sociedade, incluindo académicos, para tornarem o processo de revisão participativo, "arrancando com um amplo levantamento da matéria susceptível de rever, inovar e integrar, com base na experiência vivida no país na implementação desta lei.

Isto porque, explicou, a "Lei do Trabalho é uma matéria que toca a vida dos moçambicanos", o que significa que deverá ser uma verdadeira

reforma e merecer um processo de consulta ao nível nacional, para que o produto final tenha em conta a realidade do nosso país e possa beneficiar das contribuições dos vários actores e segmentos da sociedade que participam activamente no processo de desenvolvimento.

A participação dos parceiros sociais no processo trará um grande valor à revisão", referiu.

Por outro lado, apelou para uma participação destes na implantação e consolidação dos Fóruns de Consulta e de Concertação Social nas províncias, porque são a extensão e descentralização do diálogo social para o nível local e de aprofundamento da maneira democrática de estar e de ser.



DIRIMIDOS 231 CONFLITOS LABORAIS EM MAPUTO

A cidade de Maputo registou, nos primeiros dois meses do ano em curso, um cumulativo de 231 de casos de conflitos laborais envolvendo empregadores e empregados.

Na origem destes conflitos estão a rescisão unilateral de contratos sem justa causa, falta de pagamento de indemnizações, atraso ou não pagamento de salários, falta de gozo de férias e ausência de diálogo social entre as partes, segundo explicou a directora do Trabalho, Emprego e Segurança Social da cidade de Maputo, Adelaide Noronha Jantar.

Segundo a fonte, através do seu braço operativo, o Centro de Mediação e Arbitral de Conflitos Laborais, foi possível mediar com sucesso todos os casos, o que implicou necessariamente fazer valer a lei nos casos em que tinha sido violada.

A dirigente explicou que a urbe apresenta certa calma em relação a greves dos trabalhadores, tendo dito que para o ano em curso solicitou o esclarecimento da legalidade das medidas aplicadas na Empresa Municipal dos



Transportes Públicos de Maputo, tendo apelado para o cumprimento rigoroso da legislação laboral.

Diante dos números que a cidade regista, Jantar apela para que tanto os empregadores como os empregados visitem a Lei do Trabalho em vigor no país e que se faça cumprir este dispositivo legal, pois casos houve em que

as equipas de inspecção não estavam que o conflito laboral fora causado pela negligência de uma das partes ou de ambas em relação à legislação laboral.

Uma das constatações das equipas de Inspeção de Trabalho no terreno se prende com o facto de haver pouca confiança dos trabalhadores nos Comitês Sindicais Locais.

Assim, a dirigente apela à necessidade de criação de condições para que haja diálogo efectivo nas empresas.

Para tal, os trabalhadores devem escolher os seus representantes nos vários sectores para integrarem o Comité Sindical, de modo a que as negociações ocorram num ambiente são e de confiança entre as partes.

ARTISTAS FUNDAMENTAIS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Os músicos moçambicanos, através do projecto "Canto da liberdade", promovem uma campanha nacional de combate à violência doméstica que inicia hoje, 8 de Março, com um concerto musical alusivo às festividades do Dia Internacional da Mulher, sob o lema "Nenhuma mulher a menos: por uma sociedade livre de violência". A anteceder o concerto que lança o projecto, organizações da sociedade civil ligadas à defesa e promoção dos direitos da mulher e criança

capacitaram artistas em matérias ligadas ao combate à violência doméstica, numa altura em que cresce o número de vítimas de ambos os sexos.

Para ter uma ideia clara sobre o teor das mensagens de combate à discriminação e violência doméstica, os artistas analisaram vários temas, entre os quais "Como (nós artistas) pensamos e agimos em relação aos assuntos do género, HIV/SIDA, violência contra mulheres e raparigas?"; "O que é ser homem e o que é ser mulher?". A conclusão é que as músicas de-

vem valorizar, homenagear, elogiar os feitos e venerar a mulher como actor social com direitos iguais aos do seu parceiro.

O Fórum Mulher, organização da sociedade civil que advoga a favor dos direitos das mulheres e crianças, juntou-se à iniciativa da Chitará Sound Rental para apelar à sociedade, nas suas diferentes formas de expressão cultural ou profissional, para combater a violência doméstica, os casamentos e gravidezes precoces, responsáveis pelas mortes materno-infantis, abandono escolar, queda de

auto-estima, dependência material, entre outros males que perpetuam a pobreza.

Graça Júlio, que responde pelo Programa de Violência Baseada no Género no Fórum Mulher, apontou a necessidade de todos os cidadãos se esforçarem em combater este mal social, que, segundo revela, nos últimos três anos provocou 71.133 casos assistidos nos Gabinetes de Atendimento à Família e Menores em todo o país, sendo que em 2015 o número era de 24.326 casos, contra os 23.151 e 23.659 registados, respectivamente, em 2013 e 2014.



Como fazedores da arte e da opinião pública, arrastando massas, os artistas apelam para que se use a arte para promover mudanças positivas na sociedade.

Maira Solange entende ser por meio da arte que os artistas expressam não só a sua mensagem, mas o sentido de cidadania. É assim que o Fórum Mulher pretende ampliar a voz das mulheres e de todo o conteúdo das suas vidas, em consonância com toda a sociedade, de forma a que nos próximos tempos as mensagens artísticas toquem a vida de todos os cidadãos, como potenciais vítimas da violência doméstica.

Graça Júlio apontou a violência doméstica como uma das formas mais severas de restrição de direitos e de discriminação da mulher. Por isso, é chamado o papel da escola, dos professores, como transmissores do saber e de valores, para que rapazes e raparigas tenham iguais possibilidades no acesso ao conhecimento, através do qual se desenvolvem relações sociais, daí a necessidade de se incluir na formação de professores assuntos sobre a educação sexual e direitos

reprodutivos da mulher.

"Os professores devem estar habilitados a desenvolver estratégias que promovam a igualdade entre raparigas e rapazes e a desencadear rapidamente acções conjuntas com outros sectores do Estado como a Educação, Saúde, Polícia, para disseminar boas práticas e evitar uniões precoces e forçadas", apontou Graça Júlio.

Maira Solange entende que o campo artístico e cultural é um terreno fértil para fazer crescer a semente dos direitos humanos das mulheres, através das mensagens disseminadas pelos artistas.

"O Fórum Mulher quer, com os artistas e não só, caminhar a par e passo para uma sociedade livre da violência baseada no género. Esta é uma grande parceria que alarga o campo de acção, no contexto da comunicação, porque a arte comunica, sensibiliza, inspira, previne, motiva. Queremos que os nossos caminhos se cruzem sempre, para que possamos construir uma sociedade justa, igualitária, em que mulheres e homens tenham acesso a direitos e oportunidades", observou

Maira Solange.

Para Júlio Langa, da Rede Hopem, uma das agências financiadoras do projecto "Canto da liberdade", os objectivos foram atingidos. "Reflectiu-se sobre a intervenção dos artistas no contexto da violência doméstica. Estimulou-se nos artistas mais jovens a vontade de produzir mensagens que enalteçam o papel da mulher como epicentro da vida".

Sobre os mecanismos de partilha da mensagem pelos artistas espalhados por todo o país, principalmente os que se encontram nas comunidades rurais, onde os casos de violência doméstica, amiúde, não são conhecidos, porque poucas vítimas conhecem os seus direitos, Júlio Langa disse: "São vastos os canais de disseminação de informação pelas comunidades, a exemplo das rádios comunitárias espalhadas um pouco por todo o país". Para Roberto Isaías, da Chitará Sound Rental, produtora do projecto "Canto da liberdade", com a iniciativa pretende-se que os artistas moçambicanos desnudem o reportório nacional de mensagens que atentem ao pudor ou humilhem a mulher moçambicana

e não só.

"Através das nossas mensagens, devemos apoiar as mulheres a reivindicar a sua emancipação e igualdade de direitos e oportunidades, para que se viva numa sociedade inclusiva", anotou o artista, para quem todos são chamados a liderar a luta das mulheres e "juntos caminharmos para uma sociedade livre da violência doméstica".

Ainda não existem valores e planos específicos sobre o itinerário do movimento, mas sabe-se que "Canto da liberdade" deverá ser de domínio de todos os artistas nacionais porque, segundo o produtor do evento, "os artistas desempenham um papel preponderante na disseminação da informação. Aliás, os artistas são, em si, activistas sociais. As campanhas eleitorais, de saúde pública, educação valem-se das mensagens e imagens dos artistas para sensibilizar as comunidades a mudarem de comportamento".

O evento é patrocinado pela Diakonia, Ibis, Oxfam, WeEffects, Fórum Mulher e Hopem, com apoio das embaixadas da Suécia, dos Países Baixos e da Dinamarca.